



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 16682.720017/2012-37  
**Recurso nº** Voluntário  
**Acórdão nº** 2401-003.508 – 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária  
**Sessão de** 16 de abril de 2014  
**Matéria** CONTRIBUIÇÕES AO INCRA. AÇÃO JUDICIAL.  
**Recorrente** VALE S.A.  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: OUTROS TRIBUTOS OU CONTRIBUIÇÕES**

Período de apuração: 01/01/2007 a 31/03/2007, 01/11/2007 a 30/11/2007

DEPÓSITO DO MONTANTE INTEGRAL. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO. LANÇAMENTO PARA PREVENIR A DECADÊNCIA. CABIMENTO. EXCLUSÃO DOS JUROS E MULTAS.

É cabível o lançamento para prevenir a decadência ainda que tenha havido a suspensão da exigibilidade do crédito em razão do depósito do montante integral.

Não cabe a inclusão de juros e multa nos lançamentos para prevenir a decadência em que há depósito do montante integral do tributo.

Recurso Voluntário Provisto em Parte.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso para excluir a multa e os juros aplicados ao lançamento.

Elias Sampaio Freire - Presidente

Kleber Ferreira de Araújo – Relator

Participaram do presente julgamento o(a)s Conselheiro(a)s Elias Sampaio Freire, Kleber Ferreira de Araújo, Igor Araújo Soares, Elaine Cristina Monteiro e Silva Vieira, Carolina Wanderley Landim e Rycardo Henrique Magalhães de Oliveira.

CÓPIA

## Relatório

Trata-se de recurso interposto pelo sujeito passivo contra o Acórdão n.º 12-57.362 de lavra da 10.<sup>a</sup> Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento – DRJ no Rio de Janeiro I (RJ), que julgou improcedente a impugnação apresentada para desconstituir o Auto de Infração – AI n.º 37.321.673-4.

O crédito diz respeito à contribuição destinada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, incidente sobre as remunerações pagas a segurados empregados. Os valores lançados são objeto de discussão judicial, na qual ocorreu o depósito do montante integral.

Informa-se no relatório fiscal que a empresa não declarava a contribuição apurada na Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP e que, em razão do depósito do montante integral no processo judicial, a lavratura foi efetuada para prevenir a decadência.

Conforme o Discriminativo do Débito – DD, os juros foram calculados com esteio no art. 34 da Lei n. 8.212/1991 e a multa incidiu a taxa de dez por cento.

Ofertada a impugnação, a DRJ declarou-a improcedente, mantendo integralmente o lançamento em decisão assim ementada:

*ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS  
Período de apuração: 01/01/2007 a 31/03/2007, 01/11/2007 a 30/11/2007*

*LANÇAMENTO PREVENTIVO DA DECADÊNCIA.  
CONCOMITÂNCIA ENTRE CONTENCIOSOS ADMINISTRATIVO E JUDICIAL. EFEITOS.*

*A propositura pelo sujeito passivo de ação judicial que tenha por objeto idêntico pedido sobre o qual trate o processo administrativo importa em renúncia ao contencioso administrativo. Ocorrerá, todavia, a instauração do contencioso somente em relação à matéria distinta daquela discutida judicialmente.*

*A suspensão da exigibilidade do crédito tributário não é óbice ao lançamento, uma vez que a formalização do crédito não implica, necessariamente, na sua exigência imediata.*

*ACRÉSCIMOS LEGAIS.*

*Tratando-se de lançamento cuja legalidade da contribuição cobrada esteja sendo discutida judicialmente, justifica-se acautelar tanto a importância principal quanto os seus consectários legais.*

### *Impugnação Improcedente*

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 16/05/2014 por KLEBER FERREIRA DE ARAUJO, Assinado digitalmente em 16/05/2014 por KLEBER FERREIRA DE ARAUJO, Assinado digitalmente em 19/05/2014 por ELIAS SAMPAIO FREIRE  
Impresso em 09/06/2014 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

*Crédito Tributário Mantido*

Inconformada, a empresa interpôs recurso, no qual, em apertada síntese, fez as alegações que se seguem.

Antes da lavratura do AI atacado, ajuizou, em litisconsórcio, demanda judicial visando a declaração de inexistência da relação jurídica que lhe obrigava a recolher as contribuições ao INCRA, sob o fundamento de que, sendo empresa industrial urbana, não poderia ser contribuinte de tributo destinado à assistência do trabalhador rural.

Após autorização judicial, passou a efetuar nas datas de vencimento da contribuição o depósito integral das parcelas supostamente devidas, sem que o INSS se manifestasse acerca desse procedimento.

A sentença de primeiro grau julgou improcedentes os pedidos, tendo sido confirmada pelo TRF – 1.<sup>a</sup> Região, com respectivo trânsito em julgado. Os autos retornaram a vara de origem e aguarda providências tendentes à conversão do depósito em renda.

Ante a efetiva antecipação do valor devido, aliada à expressa concordância do fisco, deve-se concluir que o lançamento já se operou, nos moldes do “caput” do art. 150 do CTN, nesse sentido, seria descabido o lançamento, posto que a Fazenda já tem assegurado o recebimento do eventual crédito. Assim tem decidido o STJ, conforme precedentes colacionados.

Ao efetuar integralmente os depósitos das contribuições devidas, não há de incidir qualquer encargo de juros e multa, conforme tem decidido reiteradamente o CARF.

Ao final, pede a declaração de improcedência do AI ou, alternativamente, que sejam expurgados os acréscimos legais aplicados às contribuições lançadas.

É o relatório.

**Voto**

Conselheiro Kleber Ferreira de Araújo, Relator

**Admissibilidade**

O recurso merece conhecimento, posto que preenche os requisitos de tempestividade e legitimidade.

**Lançamento para prevenir a decadência – cabimento**

A recorrente alega que não caberia o lançamento para prevenir a decadência, posto que os depósitos já haviam sido efetuados, o que corresponderia à constituição do crédito.

Nos termos do inciso II do art. 151 do CTN, o crédito tributário terá sua exigibilidade suspensa com o depósito do montante integral do tributo.

Por força de tal dispositivo legal, fica o fisco impedido de realizar atos tendentes à sua cobrança judicial, tais como a inscrição do crédito tributário em dívida ativa ou o ajuizamento de execução fiscal, mas não lhe é vedado promover o lançamento desse crédito.

Acerca dessa questão o entendimento prevalente no Egrégio Superior Tribunal de Justiça é o de que não há impedimento para que a Fazenda, mesmo diante de provimento judicial suspendendo a exigibilidade do crédito, efetue o lançamento para prevenir a decadência. É o que se pode ver desse julgado:

*"TRIBUTÁRIO.EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.  
LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. DECADÊNCIA.  
PRAZO QÜINQÜENAL. MANDADO DE SEGURANÇA.  
MEDIDA LIMINAR. SUSPENSÃO DO PRAZO.  
IMPOSSIBILIDADE.*

*1. Nas exações cujo lançamento se faz por homologação, havendo pagamento antecipado, contase o prazo decadencial a partir da ocorrência do fato gerador (art. 150, §4º, do CTN), que é de cinco anos.*

*2. Somente quando não há pagamento antecipado, ou há prova de fraude, dolo ou simulação é que se aplica o disposto no art. 173, I, do CTN.*

*3. A suspensão da exigibilidade do crédito tributário na via judicial impede o Fisco de praticar qualquer ato contra o contribuinte visando à cobrança de seu crédito, tais como inscrição em dívida, execução e penhora, mas não impossibilita a Fazenda de proceder à regular constituição do crédito tributário para prevenir a decadência do direito de lançar.*

4. *Embargos de divergência providos." (EREsp 572.603/PR, 1<sup>a</sup> Seção, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 05/09/2005).*

Assim, mesmo ocorrendo a suspensão da exigibilidade do crédito tributário em razão do depósito do tributo, inexiste óbice legal para a constituição do crédito tributário visando à prevenção da decadência. Esse entendimento também se encontra consagrado na jurisprudência do CARF como se pode ver do Acórdão n. 2403-002.041, assim ementado:

*"Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias*

*Período de apuração: 01/05/2000 a 30/11/2006*

*CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. DECADÊNCIA. ART. . 150, § 4º do CTN.*

*Tratando-se as contribuições previdenciárias de tributos sujeitos a lançamento por homologação, a norma decadencial aplicável é aquela prevista no art. 150, § 4º do CTN, caso se verifique a antecipação de pagamento (mesmo que parcial).*

*AÇÃO JUDICIAL. LANÇAMENTO DE OFÍCIO PARA PREVENIR A DECADÊNCIA. INAPLICABILIDADE DE MULTA E JUROS QUANDO REALIZADO DEPÓSITO JUDICIAL NO VALOR INTEGRAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.*

*Embora o crédito tributário tenha sido depositado em juízo, não há vedação legal à sua constituição por meio de lançamento de ofício, com o objetivo de afastar a decadência. A realização do depósito do montante integral descaracteriza a ocorrência de mora, portanto, indevida a cobrança da multa e dos acréscimos moratórios em relação aos débitos apurados em algumas competências autuadas.*

*(...)*

Observe-se que nenhum prejuízo sofrerá o sujeito passivo com o lançamento, pois os atos tendentes a execução das contribuições em tela não serão levados adiante e, quando da conversão em renda dos depósitos, o crédito tributário será extinto pelo pagamento.

A jurisprudência colacionada, embora fale na desnecessidade de lançamento de ofício nos casos de depósito do montante integral, não determina o cancelamento das lavraturas que tenham sido efetuadas nessas circunstâncias. Portanto, não têm o condão de tornar improcedente o AI guerreado.

Assim, cabível o lançamento para prevenir a decadência, mesmo diante da ocorrência de depósitos judiciais.

## **Exclusão da Multa e dos Juros**

O pedido da exclusão dos acréscimos legais aplicados ao lançamento deve ser atendido. A jurisprudência deste Tribunal Administrativo é no sentido de que no lançamento efetuado para prevenir a decadência em razão da existência de depósito do montante integral do tributo não é cabível a inclusão de juros e multa.

Tenho seguido o mesmo entendimento do acórdão n. 2403-001.485 – 4<sup>a</sup> Câmara / 3<sup>a</sup> Turma Ordinária:

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 16/05/2014 por KLEBER FERREIRA DE ARAUJO, Assinado digitalmente em 16/05/2014 por KLEBER FERREIRA DE ARAUJO, Assinado digitalmente em 19/05/2014 por ELIAS SAMPAIO FREIRE

Impresso em 09/06/2014 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

*ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS*

*Período de apuração: 01/10/1999 a 30/08/2001*

*PREVIDENCIÁRIO. JUROS E MULTA DE MORA. INDEVIDOS*

*A súmula nº 5 do Conselho Administrativo de Recurso Fiscais CARF pacificou a questão dos juros de mora, no sentido de que existindo depósito no montante integral são indevidos juros de mora sobre o crédito tributário não integralmente pago no vencimento.*

*No que diz respeito a multa de mora, o comando do § 2º do artigo 63 da Lei nº 9.430/96 aduz que: “Na constituição de crédito tributário destinada a prevenir a decadência, (...) A interposição da ação judicial favorecida com a medida liminar interrompe a incidência da multa de mora, desde a concessão da medida judicial, até 30 dias após a data da publicação da decisão judicial que considerar devido o tributo ou contribuição”.*

*CONVERSÃO DO DEPÓSITO EM RENDA.*

*O depósito é garantia do pagamento do tributo, com destino vinculado à decisão que vier a transitar em julgado.*

*Recurso Voluntário Provido em Parte*

Sobre essa questão, vale salientar que esta turma, em julgamento realizado no mês de fevereiro de 2014, adotou por unanimidade esse mesmo entendimento, quando apreciou o recurso interposto no processo n. 10680.725040/2010-90.

## **Conclusão**

Voto por dar provimento parcial ao recurso para excluir a multa e os juros aplicados ao lançamento.

Kleber Ferreira de Araújo.